



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Criado pela Lei n.º 5814/01, de 22/01/2001, consolidado pelas Leis nº 6428/03,
alterado pelas Leis nº 6914/05 e nº 9752/18.

**ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
– CMDPI**

1 Aos treze dias do mês fevereiro de dois mil e vinte e cinco (13/02/2025), às 09 horas e 18 minutos
2 (Horário de Brasília), na rua Machado Sidney, 145 (ao lado da Casa do Idoso Centro), reuniram-se os
3 membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa. Estiveram presentes os membros do
4 conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa sra. Maria Sirlei de Oliveira, Sr. José Benedito Moreira,
5 Sr. Maurício Shico Yamaguchi, Sra. Vilma Wanderley da S. Bueno, Sra. Dulcineia Arouca Lopes Nunes, Sr.
6 José Armando Vilela Alves, Sr. Ricardo Arakaki, Sra. Emanuelle Cristina da C. Sanches Aguilera, Sr. Thales
7 Bueno Volponi, Sra. Evelyn de Paula Rebecca Miranda Silva, Sra. Carmen Alessandra M. dos Santos, Sra.
8 Selma Leite de Carvalho, Sra. Cleyre Cármen de Lima, Sr. Rafael de Carvalho Damasceno, Sra. Erika Siqueira
9 Santos, Sra. Roseli da Silva Moreira Santos e em substituição ao Sr. Guilherme Souza Luca a Sra. Paula
10 Coronato participou por procuração (Lista de presença anexa). Contando ainda com a presença da Sra.
11 Vanessa Barcelos, representante da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão- SASC, da Sra. Alessandra
12 Araújo, representante do Comitê dos Conselhos, e da Sra. Maria Quitéria de Freitas, ainda como
13 representante da Secretaria de Apoio Social ao Cidadão- SASC. Dando abertura à reunião, a Sra. Maria
14 Sirlei de Oliveira, Vice-Presidente do CMDPI, deu início a ordem do dia anunciando a saída da Sra. Rita
15 Marques Carneiro Granado de seu cargo como conselheira titular e então presidente do CMPDI. Após o
16 anúncio de sua saída, a Sra. Maria Sirlei deu posse a Sra. Selma Leite, conselheira suplente, agora ocupante
17 do cargo de conselheira titular. Dando sequência, deu posse a Sra. Maria Quitéria como conselheira
18 suplente da Sra. Selma Leite. Na sequência da pauta do dia, foi apresentada a candidatura da Sra. Selma
19 Leite ao cargo de Presidente do CMDPI. Não havendo outro candidato, foi aberta votação para o cargo de
20 presidente do CMDPI. De forma unânime a Sra. Selma Leite de Carvalho foi eleita como presidente do
21 CMDPI. Tomando posse da presidência na data de hoje. Em sequência a ordem do dia, a Sra. Maria Sirlei
22 apresentou aos membros do conselho o resultado do edital 002/CMDPSI/2024. Expôs aos membros do
23 conselho que três projetos foram encaminhados em resposta ao edital. Sendo dois projetos da entidade
24 Casa de Oração Missionários da Luz e um projeto da Obra de Ação Social PIO XII, e através da Comissão
25 de Seleção de Projetos do Fundo Municipal do Idoso - FUMID, os três projetos foram avaliados e tiveram
26 aprovação da comissão. Sendo os projetos “Cuidando do Corpo e da Mente- Pátio de Convivência e Bem-
27 Estar dos Idosos – Casa de Oração Missionários da Luz (no valor de R\$ 348.960,00) com pontuação de
28 64,86 e “Ampliação da Lavanderia- Segurança dos idosos” – Casa de Oração Missionários da Luz (no valor
29 de R\$ 324.422,73) com pontuação de 63,14, ambos aprovados em primeira avaliação e “Projeto de
30 Adequação do Forro de Isolamento Térmico-Acústico do Recanto São João de Deus” - Obra de Ação Social
31 PIO XII (no valor de R\$ 160.661,00) aprovado em segunda avaliação após o recurso do indeferimento de
32 julgamento ter sido apresentado pela entidade e em segunda avaliação obteve pontuação de 67,57. Com
33 a palavra a Sra. Maria Quitéria ressaltou que o número de projetos apresentados para o edital
34 002/CMDPI/2024 foi menor do que o esperado. Reforçou a importância da divulgação do edital. Em
35 sequência a ordem proposta, a Sra. Maria Sirlei salientou a existência de um ofício do conselho estadual.
36 Em seguida a Sra. Maria Quitéria abordou rapidamente do assunto tratado no ofício. Mencionou que no
37 ano de dois mil e vinte e quatro, o Conselho Estadual solicitou esclarecimento de uma retirada de recursos
38 feita no FUMID, pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Em esclarecimento a Sra. Maria
39 Quitéria informou que o conselho, à época, buscou parecer da procuradoria e tendo o embasamento do
40 parecer da procuradoria municipal, foi elaborada e encaminhada resposta ao conselho estadual. Em
41 continuidade, informa que neste ano o conselho estadual novamente solicitou esclarecimentos. E mais
42 uma vez, a solicitação de esclarecimento foi encaminhada a Secretaria de Assuntos Jurídicos e em
43 resposta a procuradora Dra. Patrícia Lobato, reafirmou o parecer dado anteriormente. No uso da palavra,
44 a Sra. Emanuelle esclareceu que o município não chegou a retirar o dinheiro do FUMID, apenas realizou
45 o provisionamento de uma determinada quantia. Após, a Sra. Selma Leite deu início a leitura do parecer



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Criado pela Lei n.º 5814/01, de 22/01/2001, consolidado pelas Leis nº 6428/03,
alterado pelas Leis nº 6914/05 e nº 9752/18.

46 da procuradora Dra. Patrícia Lobato, que consta no anexo II. Dando seguimento, o Sr. Ricardo Arakaki
47 questionou se a retirada do valor de trinta por cento do recurso do Fundo Municipal do Idoso, entraria
48 em conflito com o intuito dos doadores. Em seu entendimento, o contribuinte que destina seis por cento
49 de seu imposto para o FUMID, visa o uso deste valor “para o fundo do idoso”. Ainda em seu entendimento,
50 quando o município retira trinta por cento do valor deste fundo para utilizar em outra finalidade, que não
51 para promover a política do idoso, em suas palavras esta ação “está em conflito com o procedimento da
52 receita”. Em resposta, a Sra. Maria Quitéria ressaltou que o conselho poderia formalizar esta dúvida para
53 a procuradoria do município. Ainda Sobre este assunto, o Sr. Mauricio Shico expôs aos presentes que
54 partilha do pensamento do Sr. Ricardo Arakaki, ressaltou que tem por preocupação que estas “retiradas
55 do fundo” deixem o CMDPI sem “estrutura suficiente”. A Sra. Maria Quitéria reforçou a necessidade de
56 solicitar parecer da procuradoria municipal. Dando sequência a ordem do dia, a Sra. Maria Sirlei
57 apresentou a necessidade do comprometimento do conselho, com a III Conferência Municipal do Idoso.
58 Informou a todos os membros que já conversou com a Sra. Marcela (compras-SASC) e com o Sr. Geraldo
59 (gestor do FUMID), que será utilizado recursos do FUMID para financiar as ações da conferência.
60 Mencionou que está em contato com a Sra. Débora Guedes da UNIVAP, que se dispôs a auxiliar o CMDPI
61 na realização da conferência. Menciona que no dia seguinte terá uma reunião com a Sra. Débora Guedes
62 para alinhar, inclusive, uma participação como palestrante. Informou que foi feita uma resolução da
63 comissão da conferência. Mas será necessário, por exigência do manual do conselho estadual, criar uma
64 resolução dos eixos da conferência. No uso da Palavra, a Sra. Maria Quitéria indica que o tema da
65 conferência foi definido pelo Governo Federal. A III Conferência Municipal do Idoso terá por tema
66 “Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação”, e sobre
67 este tema definiu-se os cinco eixos sendo eles “Ampliação e Garantia dos Direitos Sociais”, “
68 Fortalecimento de Políticas Para a Proteção à Vida, à Saúde e Para o Acesso ao Cuidado Integral da pessoa
69 Idosa”, “Proteção e Enfrentamento a Todas as Formas de Violência, Abandono Social e Familiar da Pessoa
70 Idosa”, “Participação Social, Protagonismo e Vida Comunitária na Perspectiva das Múltiplas Velhices” e
71 “Consolidação e Fortalecimento da Atuação dos Conselhos de Direitos da Pessoa Idosa Como Política do
72 Estado Brasileiro”. Ressaltou que a ideia inicial é concentrar a conferência em um único dia, criar um meio
73 de inscrição prévia e online e fazer com que no momento da inscrição o participante já escolha em qual
74 eixo ele participara. Sugeriu que no período da manhã seja realizada a abertura da conferência e que se
75 houvesse alguma palestra, também utilizasse deste período. Ainda no período da manhã, caso haja
76 tempo, ou no período da tarde, dentro de cada eixo inicia-se as discussões. Enfatizou a importância da
77 participação de todos os conselheiros nesta conferência e a importância de cada conselheiro já ter
78 definido em qual eixo atuará. Abordou ainda que cada eixo deverá apresentar cinco propostas para
79 aprovação da plenária presente. E também serão definidos cinco delegados que participarão da
80 conferência estadual. No uso da palavra, a Sra. Maria Sirlei informou que a conferência tem data limite
81 de junho para sua realização. Reforçou a importância da participação de todos os conselheiros. A Sra.
82 Maria Sirlei se responsabilizou pela criação de um grupo no WhatsApp para organização e distribuição das
83 atividades para elaboração da conferência. Em uso da fala, o Sr. Ricardo Arakaki expôs sua dúvida de como
84 cada participante terá ciência dos assuntos que determinado eixo aborda. Indagou se haverá algum tipo
85 de treinamento prévio para que todos participantes já tenham antecipada ciência de tudo que será
86 abordado. Em resposta a Sra. Maria Quitéria mencionou que haverá em cada grupo, um mediador que
87 conduzirá as discussões e um indivíduo que representará cada eixo levando as propostas a plenária.
88 Enfatizou que a pessoa do mediador será aquela que terá a responsabilidade de contribuir com
89 informações mais completas sobre cada eixo. E a medida que cada participante faz a opção por um eixo,
90 apesar de todas as informações estarem disponíveis no site da Prefeitura Municipal de São José dos
91 Campos, receberão uma pasta com informações detalhadas do eixo de sua escolha. O Sr. Ricardo Arakaki
92 questionou se há algum material de conferência antigas que seriam úteis na elaboração da nova
93 conferência. Em resposta a Sra. Maria Quitéria mencionou que todas as conferências têm temas distintos.
94 Portanto, o material utilizado nas anteriores não se aplicam a nova conferência. No uso da palavra a Sra.



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Criado pela Lei n.º 5814/01, de 22/01/2001, consolidado pelas Leis nº 6428/03,
alterado pelas Leis nº 6914/05 e nº 9752/18.

95 Maria Sirlei manifestou-se dizendo que está em posse de alguns materiais da primeira e da segunda
96 conferência. Mas, estes materiais se resumem a lista de presença e algumas fotos. Esclarece que na
97 mudança da sede do conselho, antes na Casa do Idoso Centro, para a Secretaria de Apoio Social ao
98 Cidadão – SASC, os materiais se perderam. Tentou buscar com o conselho estadual algum material e o
99 Conselho Estadual informou que a guarda de todos os materiais é de responsabilidade do conselho
100 municipal. No uso da Palavra a Sra. Maria Quitéria mencionou que, basicamente, a estrutura da
101 conferência é a exposta por ela em fala anterior. A Sra. Emanuelle, no uso da palavra mencionou que a
102 pessoa do mediador fará um breve resumo dos assuntos abordados naquele eixo e quais seriam as
103 expectativas em cada um dos eixos. Em concordância, a Sra. Maria Quitéria resumiu que todos os eixos
104 da conferência estão dentro das competências do conselho. Informou que será utilizado o espaço físico
105 do CEFÉ para a realização da conferência, tendo em vista o preparo estrutural do espaço. O Sr. Mauricio
106 Shico solicitou a disponibilização do material da conferência no grupo dos conselheiros. Em resposta a
107 Sra. Maria Sirlei mencionou que todo o material já havia sido disponibilizado no grupo no dia trinta e um
108 de janeiro. E mais uma vez reforçou a importância da participação de todos os conselheiros na
109 conferência. Informou que solicitará a Sra. Débora Guedes, em reunião, a participação de alunos da
110 UNIVAP em cada um dos eixos auxílio na organização do evento. A Sra. Maria Quitéria informou que
111 haverá profissionais da SASC auxiliando durante toda a conferência. Dando sequência a ordem do dia, a
112 Sra. Maria Sirlei ressaltou que há a necessidade de visitar cinco entidades, sendo que duas delas (Amor
113 Eterno - Vila Lobos) e F Souza Macedo Bem-Estar (Vila Lobos) já tiveram indeferimento no ano anterior
114 devido a irregularidades presenciadas em visita, pela Sra. Maria Sirlei e Sra. Rita. Expôs que é de seu
115 interesse realizar nova visita a ambas entidades e gostaria que novos conselheiros realizassem a visita
116 junto a ela. Apresentou que as três outras visitas são referentes a pedido de renovação de inscrição.
117 Explanou que a “Vila- Lobos” tem três “Casas”, sendo uma delas já deferida, outra indeferida e a última
118 solicitando renovação. A segunda visita seria na “ Amparo Casa Para Idosos LTDA” e a terceira seria a
119 “Casa de Oração Amor e Luz (COAL)”. Relembrou que na reunião anterior foi comentado, porém não foi
120 para edital, a elaboração de uma comissão para visitas. O Sr. Ricardo Arakaki, em resumo, expôs que em
121 sua opinião todos os conselheiros deveriam realizar visitas e não formar uma comissão para concentrar
122 as visitas em dez membros. A Sra. Maria Sirlei informou que o excesso de trabalho proveniente da
123 realização da conferência acabara no mês de junho. Sendo assim, indagou todos os conselheiros se seria
124 melhor manter as visitas na atribuição de uma comissão para visitas ou se todos participarão. A Sra. Selma
125 Leite sugeriu que fosse elaborado uma agenda de visitas com datas prévias e fosse disponibilizado no
126 grupo do conselho para que cada conselheiro possa expor em qual data consegue realizar as visitas,
127 “mantendo sem uma comissão formada”. Em continuidade a Sra. Paula Coronato sugeriu que fosse criado
128 um padrão, em forma de check-list, para apreciação durante as visitas. Salientou que seria uma forma de
129 manter todos direcionados aos mesmos critérios no momento de uma visita. Inúmeros conselheiros
130 informaram que este formulário padrão de visitas já existe. Em todas as visitas são abordados os mesmos
131 pontos. Dando sequência, a Sra. Maria Sirlei definiu que não será criada uma comissão para visitas. A
132 agenda será disponibilizada no grupo para apreciação de todos e será definido em conjunto as equipes
133 de visita. Definiu como prioridade de visita, as entidades que tiveram indeferimento de pedido em
134 primeira visita. O Sr. Ricardo Arakaki perguntou a Sra. Maria Sirlei se as duas entidades que tiveram
135 indeferimento nos pedidos, solicitaram nova visita. A sra. Maria Sirlei informou que solicitaram nova
136 visita. Em breve resumo, compartilhou que em suas visitas encontrou irregularidades como
137 documentação vencida e “alguns fatos que não agradaram” como sujeira, e outros pontos. Informou que
138 disponibilizará o relatório das visitas a todos os conselheiros. Informou que “gostaria de voltar lá para ver
139 se teve mudança realmente”. Presenciou um idoso comendo e “se lambuzando”, cuidador que não sabia
140 se atendia os conselheiros ou os idosos e um idoso que à queria morder. Se comprometeu em
141 disponibilizar a agenda de visitas para que os conselheiros se organizem em visitar. Informou que é bom
142 que no mínimo dois conselheiros visitem juntos para terem mais de uma opinião e que todos devem levar
143 em suas visitas a publicação do diário oficial que comprova que todos são conselheiros. Abriu para todos



CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA
Criado pela Lei n.º 5814/01, de 22/01/2001, consolidado pelas Leis nº 6428/03,
alterado pelas Leis nº 6914/05 e nº 9752/18.

144 os conselheiros se havia alguma dúvida. A Sra. Cleyre Cármen compartilhou informações a respeito da
145 realização dos Jogos dos Idosos, que será realizado no Centro da Juventude. Se comprometeu a
146 disponibilizar todas as informações no grupo do CMDPI. Em continuidade o Sr. Rafael de Carvalho
147 mencionou que a Secretaria de Saúde recebeu do Governo Federal, inúmeros exemplares do Estatuto da
148 Pessoa Idoso. Portanto, disponibilizaria aos membros do conselho tais exemplares. Pede para que se
149 atentem somente na mudança de nomenclatura, atualmente não se utiliza mais o termo “idoso” e sim
150 “pessoa idosa”. Em sua revisão, conferiu que houve somente esta alteração e a “super priorização” de
151 idosos acima de 80 anos. Por fim, a Sra. Maria Quitéria ressaltou a importância do combate ao mosquito
152 da dengue. Informou que São José dos Campos está em uma época bem crítica quanto a proliferação do
153 mosquito vetor da dengue e que este momento exige atenção redobrada de todos. Pede a colaboração
154 de todos para a divulgação da importância dos cuidados para o combate da dengue e disponibilizará
155 material para divulgação dos cuidados. E nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10 horas
156 e 16 minutos, da qual o que consta, foi lavrado na presente Ata, que será por mim assinada, Secretário
157 nomeado do CMDPI e pela Senhora Selma Leite de Carvalho, Presidente do CMDPI.

158

159

160

161

162

163

164

165

166

167

Selma Leite de Carvalho
Presidente do CMDPI

Thales Bueno Volponi
Secretário do CMDI